
Artículos

Da pecuária extensiva à produção de soja no Pampa brasileiro: Considerações sobre o processo histórico da produção agropecuária em Tupanciretã (RS)



From extensive livestock farming to soybean production in the Brazilian Pampa: Considerations on the historical process of agricultural production in Tupanciretã (RS)

 **Hector dos Santos Facco**

Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) UFSM, Brasil
hector.facco@acad.ufsm.br

 **Everton Lazzaretti Picolotto**

Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Extensão Rural (PPGCS & PPGExR) UFSM, Brasil
everton.picolotto@ufsm.br

Pampa. Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales

núm. 32, e0101 2025
Universidad Nacional del Litoral, Argentina
ISSN: 1669-3299
ISSN-E: 2314-0208
Periodicidade: Semestral
revistapampa@unl.edu.ar

Recepção: 15 Fevereiro 2025
Aprovação: 01 Abril 2025

URL: <https://portal.amelica.org/ameli/journal/583/5835511004/>

Resumo: O artigo objetivou identificar alguns elementos-chaves para compreensão das circunstâncias históricas e atuais da produção agropecuária na região central do Rio Grande do Sul (RS), Brasil, concentrando-se no recorte territorial do município de Tupanciretã (RS), região do Pampa. A análise tem como referência a abordagem qualitativa, com o uso da pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de outros trabalhos e dados secundários relacionados à temática, além de observações de campo e conversas com sujeitos locais. Constata-se que a ocupação do RS tem origem em diversos processos históricos, sendo a ocupação portuguesa consolidada com as doações das “sesmarias”, o que contribuiu na formação de características do estado, com grandes propriedades de terra, e uma hegemonia produtiva na pecuária extensiva, essa ligada à produção de charque, e depois, a carne frigorificada, marcando a economia gaúcha, e do município de Tupanciretã até as últimas décadas do século XX, quando ocorre a introdução e ampliação das atividades agrícolas, principalmente da produção de soja.

Palavras-chave: Desenvolvimento histórico, Pampa brasileiro, Produção agropecuária.

Abstract: The article aimed to identify some key elements for understanding the historical and current circumstances of agricultural production in the central region of Rio Grande do Sul (RS), Brazil, focusing on the territorial area of the municipality of Tupanciretã (RS), Pampa region. The analysis is based on a qualitative approach, using bibliographic and documentary research, drawing on other works and secondary

data related to the topic, as well as observations and conversations with local subjects. It can be seen that the occupation of RS comes from various historical processes, with the Portuguese occupation being consolidated with the donations of “sesmarias”, which contributed to the formation of the state's characteristics, such as large land properties, and a productive hegemony in extensive livestock farming, linked to the production of jerky, and later, refrigerated meat, marking the economy of Rio Grande do Sul, and of the municipality of Tupanciretã until the last decades of the 20th century, when agricultural activities were introduced and expanded, mainly soybean production

Keywords: Historical development, Brazilian pampa, Agricultural production.

Introdução

O bioma Pampa, historicamente caracterizado por uma paisagem de campos nativos e pela predominância da pecuária extensiva como base de sua estrutura socioeconômica, vem testemunhando, nas últimas décadas, uma profunda reconfiguração produtiva impulsionada pela expansão da sojicultura. Este processo, inserido no contexto mais amplo da modernização da agricultura brasileira e da inserção do país no mercado global de commodities, representa uma ruptura significativa com o modelo de produção tradicional. Considerando esses processos, o presente trabalho busca identificar e contextualizar a mudança no processo histórico ligado à produção agropecuária, com os devidos recortes geográficos, sejam eles vinculados ao estado do Rio Grande do Sul (RS), Brasil, e ao município de Tupanciretã.

A produção agropecuária no RS está vinculada a sua ocupação, ao olhar para séculos atrás (desde século XVII), percebe-se a chegada dos Ibéricos, primeiro os espanhóis (os jesuítas) que tinham como objetivo a catequização e ocupação do território, e introduziram a pecuária nas reduções jesuíticas[1]. Depois, ocorreu o processo vinculado a coroa portuguesa, que ocupou o território com a distribuição das sesmarias[2], que em seu contexto, tiveram na produção de bovinos, em especial para a produção de charque, uma de suas principais atividades socioeconômica, e serviu de fonte de alimento para a força de trabalho da colônia. A produção pecuária tem protagonismo no RS até meados do século XX, momento em que a pecuária perde espaço para a ascensão de outras atividades socioeconômicas (Rio Grande do Sul, 2021; Moreira & Medeiros, 2014).

Na segunda metade do século XX o Brasil passa por um processo conhecido como “Revolução verde”, que para Delgado (2001) trata-se de uma “modernização conservadora” da agricultura brasileira, que trouxe os aspectos da industrialização para o rural. A Revolução verde foi embasa na adoção de pacotes tecnológicos (com máquinas, adubação e melhoramento genético de plantas e animais), na política de crédito agrícola, e no cenário do comércio nacional e internacional favorável para a produção e comercialização de commodities agropecuárias, sem mexer na desigual distribuição das terras e dos demais recursos.

No cenário atual, em que a cultura da soja se tornou uma das commodities mais produzidas no Brasil e no mundo, ganhando espaço e importância a partir da segunda metade do século XX, ocorreu um expressivo aumento da área plantada, seja pela abertura de novas lavouras, ou pela conversão de áreas de outras atividades do

setor agropecuário para produção agrícola, como exemplo temos o caso dos campos ocupados pela pecuária no RS.

O aumento da área plantada pela cultura da soja no estado do RS, em relação aos últimos censos agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017; 2006), apresentou uma diferença de aproximadamente 1,7 milhões (1.695.130) de hectares, expressando essa conversão de áreas para a cultura nas últimas décadas.

Neste sentido, diante da breve exposição acima, do processo de ocupação e do desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro, e mais especificamente no RS, o trabalho objetiva identificar e contextualizar elementos-chaves no processo do desenvolvimento histórico da produção agropecuária no município de Tupanciretã, RS, Brasil.

O presente artigo está organizado além da presente seção introdutória, em seis outras seções, sendo a primeira para tratar dos aspectos metodológicos do trabalho, a segunda aborda o contexto de ocupação do estado do RS, e posteriormente a introdução e desenvolvimento da cultura da soja no Brasil. Na sequência, ocorre o recorte para o território, onde hoje é o município de Tupanciretã, contextualizando inicialmente o processo de formação, para posteriormente a transformação da matriz produtiva hegemônica, e finaliza-se com algumas considerações e apontamentos da agenda de pesquisa.

Aspectos Metodológicos

O presente artigo compõe uma agenda mais ampla de pesquisa sobre o setor agropecuário, e suas relações socioprodutivas no estado do RS/Brasil, ainda, possui um caráter exploratório quanto a aproximação com a temática, e a realidade do território em estudo. Desta forma, objetiva identificar e contextualizar elementos-chaves no processo do desenvolvimento histórico da produção agropecuária no município de Tupanciretã, RS, Brasil.

O estado do RS é localizado no extremo sul do Brasil, com uma área territorial de aproximadamente 281 mil quilômetros quadrados, possuindo dois biomas em sua formação natural, o Pampa e a Mata Atlântica. Ainda, o estado é composto por 497 municípios, com uma população de mais de 10,8 milhões de habitantes em 2022, último censo demográfico (IBGE, 2025b).

A escolha pela região central do RS e o município de Tupanciretã deve-se a importância da região e do município no cenário de produção agrícola do estado, onde esse está entre os municípios com a maior produção de soja, 494.609 toneladas no último censo agropecuário (IBGE, 2017), inclusive possui a alcunha de “capital

gaúcha da soja”. Desta forma, esse município torna-se o foco da realização do presente estudo ligado ao setor agropecuário gaúcho, e a agendas de pesquisa sobre o setor.

A dinâmica econômica de Tupanciretã é diretamente ligada ao setor agropecuário, com um Valor Agregado Bruto (VAB) de mais de 1 bilhão de reais ligado ao setor, representando cerca de 57,5 % do VAB do município. Além disso, possui cerca de 20 mil habitantes, e um IDH de 0,709 no ano de 2010[3], na época estava próximo ao IDH do Brasil (0,699) e abaixo do RS (0,744) (IBGE, 2025a; 2025b; 2025c). De modo geral, no Quadro I apresenta-se dados gerais sobre o município, buscando caracterizar de forma breve o momento atual, com a população, sua área territorial e informações socioeconômicas.

Quadro I
Informações gerais do município de Tupanciretã

Data emancipação		21/12/1928
Área		2.253 km ²
População (habitantes)*		20.005
População urbana (habitantes)*		16.758
População rural (habitantes)*		3.247
PIB*	R\$	2.052.009.000,00
PIB per capita**	R\$	84.856,00
Salário médio dos trabalhadores formais**	R\$	2.600,00
Participação VAB**	R\$	1.906.023.000,00
VAB Agropecuária	R\$	1.096.641.000,00
VAB Indústria	R\$	62.815.000,00
VAB Serviços	R\$	597.035.000,00
VAB Administração pública	R\$	149.531.000,00
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)***		0,709
* Dados referentes ao ano 2022		
**Dados referentes ao ano 2021		
***Dados referentes ao ano 2010		

Fonte: IBGE (2025c).

Com o objetivo de contextualizar sobre o processo histórico da produção agropecuária, optou-se por fazer a construção de um “mapeamento” dos pontos chaves do processo de desenvolvimento socioprodutivo ligado a agropecuária, desde o processo de ocupação do território, até o momento de hegemonia da produção agrícola. Abordando como recorte metodológico, a produção e as relações hegemônicas no setor agropecuário.

Portanto, o trabalho trata-se de um estudo exploratório, com uma abordagem sintética sobre os pontos chaves do processo histórico ligado ao setor agropecuário, e mais especificamente ao município de Tupanciretã.

Neste contexto, as ferramentas de pesquisa utilizadas para a realização do presente trabalho são: a) a pesquisa bibliográfica, que consiste em utilizar estudos e trabalhos anteriores já elaborado, por exemplo o uso de livros, artigos científicos, e outros trabalhos de pesquisa, como fonte de informações e dados (Deslauriers; Kérist, 2014; Gil, 2010); b) a pesquisa documental, que atua de forma complementada no atual trabalho, utilizando materiais e fontes que não receberam tratamento analítico ou ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (Cellard, 2014; Gil, 2010); c) a consulta de dados secundários, produzidos por órgãos de pesquisa como o Instituto Brasileiro de geografia e estatística (IBGE), como é o caso dos censos agropecuários; e, d) além das observações a campo a partir de visitas e conversas com os sujeitos do território.

Portanto foram utilizadas dessas quatro fontes de dados, oriundos da pesquisa bibliográfica, documental, de dados secundários e observações a campo, assim, identificando trabalhos de pesquisa, matérias, documentos e levantamentos estatísticos, para a construção da síntese e contextualização do desenvolvimento histórico junto ao recorte proposto no trabalho.

O território do Rio Grande do Sul

Ao buscar contextualizar os elementos centrais no processo histórico da produção agropecuária no município de Tupanciretã, mais especificamente como chega-se na produção agrícola atual, é considerado o processo de ocupação do território e a transformação na matriz produtiva, saindo da pecuária extensiva, até a grande produção agrícola, hegemônica hoje pela cultura da soja.

Breve contextualização da ocupação do território do RS

A ocupação do território gaúcho ocorreu em várias etapas, tendo na ocupação ibérica um marco importante, principalmente no processo de colonização. As reduções jesuíticas (espanholas), no Rio Grande do Sul (RS), fundadas a partir de 1626, com a travessia do Rio Uruguai, buscaram ocupar o território do Império espanhol estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, com o objetivo de barrar o avanço português em direção a Potosi e região do Prata, assim como, catequizar os povos originários (Rio Grande do Sul, 2021).

As reduções jesuíticas praticavam agricultura, e introduziram os rebanhos de bovinos e ovinos (sendo a origem da atividade pecuária no estado do RS). Dessas reduções jesuíticas originam-se os Sete Povos das Missões no RS, que foram centros econômicos importantes, cujas principais atividades eram a produção de erva-

mate, a extração de couro e a pecuária (Rio Grande do Sul, 2021; Zarth, 2002).

Em 1750 é assinado o Tratado de Madri, onde a coroa espanhola abdica dos Sete Povos das Missões em troca da Colônia de Sacramento na província da Cisplatina. Neste momento, a Coroa Portuguesa passa a efetivamente organizar a ocupação do território do RS, primeiramente expulsando os jesuítas dos Sete Povos das Missões, e entrando em conflito militar com os indígenas dos sete povos das missões (Moreira & Medeiros, 2014; Zarth, 2002; Prado Junior, 1957).

Esse período foi marcado por muitos conflitos entre espanhóis, portugueses, jesuítas e indígenas, que não queriam entregar seu território aos lusos como previu o tratado de Madri (1750). Assim como, por outros conflitos posteriores, desde as ocupações castelhanas (1763 a 1776), lutas por disputas de território (banda oriental com o Uruguai, pelo território das missões entre 1810 e 1828), a guerra dos farrapos (1835 a 1845), guerra contra a Argentina do General Rosas (1851 e 1852), e Guerra do Paraguai (1864 a 1870) (Zarth, 2002; Prado Junior, 1957).

No século XVIII, a Coroa Portuguesa ao ocupar o território, onde hoje é o RS, assume a estratégia da instalação de acampamentos militares e a construção de fortes e presídios, além da distribuição de sesmarias (doação de grandes áreas de terra a pessoas de prestígio e/ou militares) nas áreas de fronteira, essas áreas caracterizadas pelo bioma Pampa, e que viriam se tornar grandes propriedades produtoras de rebanhos bovinos (Rio Grande do Sul, 2021; Zarth, 2002; Prado Junior, 1957). A doação de sesmaria, além de ser uma estratégia de defesa do território para a coroa, garantia a sequência do modelo de propriedade e trabalho estabelecida no Brasil colônia, alicerçada no latifúndio monocultor e escravagista (Moreira & Medeiros, 2014).

Na época colonial, as principais atividades eram a produção de cana de açúcar, de café, a exploração de ouro e pedras preciosas, frente a isso, o RS surge com a produção de animais, e posteriormente com o processamento da carne bovina (o charque), fornecendo alimento para a força de trabalho de outras regiões do Brasil colônia. Desta forma, a propriedade rural no estado do RS, na região do bioma Pampa, tem sua gênese ligada a vastas áreas de terra, e tendo a pecuária extensiva como dominante (Piccin, 2021; Moreira & Medeiros, 2014; Zarth, 2002).

Neste sentido, ocorreu a formação de parte da socioeconomia e do território gaúcho, com origem ligada às sesmarias, seus proprietários tendo patentes oficiais militares^[4] na colônia, com o poder privado fortalecido e a matriz econômica baseada na pecuária extensiva. Assim, desenvolveu-se pelo menos até meados do século XIX, tendo como a principal produção o charque, e com destaque para as cidades

como Bagé, Pelotas e Rio Grande (Rio Grande do Sul, 2021; Zarth, 2002).

Por outro lado, além do regime de sesmarias, no processo de ocupação do território do RS, ocorrem a vinda de famílias colonas de diferentes origens (principalmente europeias), e em diferentes momentos. Citamos aqui a vinda dos açorianos em meados do século XVIII, principalmente para localidades como Rio Grande, Mostardas, São José do Norte, Taquari, Santo Amaro (próximo a Rio Pardo), Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira do Sul e Conceição do Arroio (Osório). Recebendo terras para desenvolver atividades agrícolas, principalmente a produção de trigo e, dessa forma, abastecer a Colônia. Essa forma de colonização estava vinculada a propriedades rurais menores, o que originou a posterior o aparecimento de inúmeros núcleos urbanos (Rio Grande do Sul, 2021; Zarth, 2002).

No século XIX passam a ser assentadas no RS, famílias de outras imigrações, como a alemã (1824) e a italiana (1875), principalmente nas regiões florestais, da serra, vales e do nordeste do Estado (nas regiões do bioma Mata Atlântica), esses assentamentos também baseados em propriedades pequenas de terras. Com o tempo as regiões colonizadas pelo regime de propriedades menores (as ditas colônias) surgem centros urbanos e alguns se destacaram pela dinâmica socioeconômica, como é o caso das regiões de Caxias do Sul e Novo Hamburgo (Rio Grande do Sul, 2021; Zarth, 2002). No entanto, como já colocado anteriormente, a pecuária extensiva, e a produção de carne (charque ou frigorificada), mantém-se como referência na dinâmica econômica do estado, e seus proprietários com alto poder político pelo menos a até o século XX (Piccin, 2021; Zarth, 2002).

Portanto, a ocupação do território do RS, aqui tratada de forma breve, com objetivo de contextualizar o processo, está ligada a muitos conflitos militares, ocorrendo diferentes dinâmicas na sua formação. A consolidação do território é caracterizada pelo aspecto militar, e está correlacionado às grandes propriedades de terras, em especial nas regiões onde predominavam os campos do bioma Pampa (que será apresentado na próxima seção), e à fronteira com outros países (hoje, com a Argentina e o Uruguai). Em contrapartida por diferentes motivos, sejam demográficos, por questões econômicas, como a produção de trigo e outros produtos para o mercado interno da colônia, foi estimulada a imigração de populações especialmente europeias, como a açoriana no século XVIII, e, a alemã e italiana a partir do século XIX, nas regiões que predominavam em especial a floresta (bioma Mata Atlântica, que também será apresentado na próxima seção).

Porém, antes de encerrar essa seção, é importante destacar que muitos são os elementos do processo de ocupação e suas especificidades no RS, que não foram aprofundados no presente, como as dinâmicas socioeconômicas; os conflitos; o processo da escravidão; as resistências dos povos indígenas, caboclos, lavradores nacionais entre outros sujeitos.

Contextualização ecológica do RS

O Brasil é composto por cinco grandes biomas: Amazônia; Cerrado; Mata Atlântica; Pampa; e Pantanal. O Rio Grande do Sul (RS) possui dois Biomas em sua formação natural, o bioma da Mata Atlântica que ocupa 37% do seu território, caracterizado pela presença predominante de vegetação florestal (Rio Grande do Sul, 2021). O bioma Pampa constitui 63% do território gaúcho, bioma que se estende também pelos países da Argentina, Paraguai e Uruguai. O Pampa é descrito por ser formado principalmente por campos, e sobre um relevo de planície (Rio Grande do Sul, 2021), e atualmente é considerado fortemente ameaçado por avanços sobre a sua vegetação nativa, com perdas entre 2000 e 2019, de aproximadamente 16% no bioma, e na casa de 20% no Brasil, sendo o país com maior perda de vegetação nativa (Vallejos; et al., 2021).



Figura I

Mapa dos biomas presentes no estado do Rio Grande do Sul e a localização do município de Tupanciretã.

Fonte: Modificado a partir da elaboração de SEPLAG/DEPLAN (08/2020), IBGE e MMA 2004 (Rio Grande do Sul, 2021)

Portanto, o estado do RS possui dois biomas (Mata atlântica e Pampa), sendo o bioma pampa predominante na metade sul do estado e parte oeste, assim como avança pelo centro e parte noroeste do estado (Figura I).

Conforme IBGE (2025c), o município de Tupanciretã está localizado no bioma pampa (Figura I), possuindo uma vegetação com a predominância de campos limpos, vegetação rasteira (gramíneas), com alguma vegetação alta e mais esparsa como os capões de mato. O relevo constitui-se de planaltos com leves ondulações (coxilhas), de

modo geral o solo é argilo-arenoso, e seu regime de chuvas fica entre 1200 e 1500 mm/ano, quanto a sua localização, Tupanciretã situada entre os paralelos de 28°47',29°12' de latitude sul e os meridianos 53°34', 54°28' de longitude oeste, com uma área de 2,253.234 Km² (IBGE, 2025c).

A cultura da soja no Brasil e no Rio Grande do Sul

Para identificar elementos chaves da mudança de um sistema de produção hegemônico da pecuária extensiva para a produção agrícola no Rio Grande do Sul, buscamos aqui contextualizar como a cultura da soja foi introduzida e estabelecida no Brasil.

Atualmente a cultura da soja tornou-se uma das principais atividades agropecuárias no Brasil, cultivada em todas as regiões e com papel importante no comércio internacional. Esse cenário recente é precedido de um crescimento da importância da cultura nas últimas décadas.

A soja no Brasil foi introduzida no final do século XIX, datando o primeiro cultivo, com fins comerciais, de 1914 (no município de Santa Rosa, região Noroeste do RS), sendo uma cultura marginal por várias décadas, e somente a partir de 1940 que adquire importância econômica, sendo desta época os primeiros registros estatísticos. Neste período era utilizada principalmente como feno, destinado a alimentação de animais, e os grãos para alimentação de suínos (Dall 'Agnol, 2016; Lazzarotto; Hiroshi, 2009; Brum, 1988).

Nas décadas que seguiram (1950 e 1960) o aumento da produção de soja ocorreu em grande medida pelo crescimento da área plantada. Na década de 1970 mantém-se a expansão da área plantada, em especial na região sul e centro-oeste do Brasil, e o volume de produção, sai de 216.033 ton. em 1960, para mais de 8 milhões de ton. em 1975, passando a mais de 12 milhões de ton. em 1980 pelos censos agropecuários (Quadro II). Esse período é considerado o momento de consolidação da cultura e de sua importância no setor agropecuário brasileiro, assim, iniciando o que podemos chamar de “Ciclo da Soja” no país, que terá fortes impulsos nas próximas décadas (Dall 'Agnol, 2016).

A expansão da soja ocorreu por três fatores principais: “mercados nacionais e internacionais favoráveis, políticas agrícolas de incentivo ao complexo agroindustrial, e oferta crescentes de modernas tecnologias de produção” (Lazzarotto & Hiroshi, 2009, p. 22).

Para Delgado (2001), o processo de “modernização conservadora” do setor agropecuário ocorreu nesse período, entre as décadas de 1960 e 1980, período que foi marcado por características, como o estímulo a adoção de pacotes tecnológicos da “Revolução Verde”, e os estímulos as relações de crédito na agricultura mediando essa adoção

dos pacotes tecnológicos, que segundo o autor aprofundou as relações técnicas da agricultura com a indústria, e de ambos com o setor externo (indústria e comércio exterior).

O processo de modernização da agricultura, ao olhar para o planalto gaúcho, ocorreu a partir de alguns ciclos de produção, com a primeira fase no pós segunda guerra mundial até a década de 1970, tendo no trigo, a principal cultura da modernização agrícola, com diversos incentivos para produção (linhas de crédito, e tecnologia), enquanto a cultura da soja foi secundária, por sua época de produção (verão), e por aproveitar as inovações do pacote tecnológico comprado para o trigo. No segundo momento, de 1972 até 1978, a soja tornou-se a cultura com maior importância, pois estava em franca expansão[5], e o trigo decaiu em produção, principalmente por diversas frustrações de safras no RS. Esses momentos consolidam o binômio trigo/soja no estado (trigo no inverno e soja no verão), que sofreu diversas críticas nos anos seguintes, o que provocou adaptações, novas tecnologias e busca por certa diversidade nos anos seguintes, nada que abalou o crescimento da produção de soja no estado do RS (Ávila, Griebeler & Brum 2015; Brum, 1988).

Outro fato importante no cenário de expansão da produção de soja, foi a abertura de áreas que não eram agricultáveis devido às condições naturais, como os campos de barba-de-bode do planalto gaúcho, que a modernização (mecanização e outros fatores) possibilitou fazer cultivos agrícolas, primeiro com o trigo, e após a cultura da soja. A conversão de áreas, e de outros sistemas de produção para a produção agrícola (como para a produção de soja), se intensificou após 1980, como exemplos que podem ser citados são as áreas (do bioma Pampa e Mata Atlântida) que eram destinadas às atividades da bovinocultura de corte e o cultivo de arroz (Lazzarotto & Hiroshi, 2009; Brum, 1988).

A expansão da soja pode ser inferida a ciclos, do momento em que cada estado brasileiro atingiu a marca de produção de 100 mil toneladas, demonstrando o avanço do cultivo em todo o território do Brasil. O primeiro a atingir essa marca ainda na década de 1950 foi o estado do Rio Grande do Sul (RS), os próximos estados a superarem essa marca foram o Paraná (1967), São Paulo (1972), Santa Catarina (1972), Mato Grosso do Sul (1973), Minas Gerais (1976), Goiás (1978), Mato Grosso (1980), Bahia (1986), Maranhão (1994), Tocantins (2000), Piauí (2003), Roraima (2003) e Pará (2005) (Dall'Agnol, 2016).

No Gráfico I e no Quadro II, embasados nos dados dos censos agropecuários (IBGE), observa-se a evolução da área planta, e da produção de soja em grão no Brasil e no RS. Constata-se o aumento contínuo entre as décadas de 1960 e 1995, com um salto exponencial para os próximos levantamentos (1995, 2006, e 2017). Outra variável

que apresenta aumento, é a produtividade média por hectare, saindo de próximo a 15 sc/ha para mais de 55 sc/há.

Quadro II

Dados referentes a produção de soja, área plantada, e produtividade no Brasil e no RS (1960 – 2017)

A cultura da soja no Brasil (1960-2017)				
Anos	Quantidade Colhida (ton.)	Área Plantada (ha)	Produtividade (Kg/ha)	Produtividade (sc/ha)
1960	216.033	-	-	-
1970	1.884.227	2.185.832	862,02	14,37
1975	8.721.274	5.656.928	1.541,70	25,69
1980	12.757.962	7.783.706	1.639,06	27,32
1985	16.730.087	9.434.686	1.773,25	29,55
1995	21.563.768	9.479.893	2.274,68	37,91
2006	46.195.843	17.883.318	2.583,18	43,05
2017	103.156.255	30.722.657	3.357,66	55,96
A cultura da soja no RS (1960-2017)				
Anos	Quantidade Colhida (ton.)	Área Plantada (ha)	Produtividade (Kg/ha)	Produtividade (sc/ha)
1960	209.445	-	-	-
1970	1.295.149	1.600.131	809,40	13,49
1975	4.419.465	3.195.977	405,24	6,75
1980	5.103.538	3.763.073	1.356,22	22,60
1985	5.710.859	3.611.032	1.581,50	26,36
1995	4.253.171	2.403.615	1.769,49	29,49
2006	7.929.789	3.494.503	2.269,22	37,82
2017	17.311.971	5.189.633	3.335,88	55,60

Fonte: SIDRA – IBGE (1960; 1970a; 1975; 1980a; 1985; 1995; 2006; 2017)

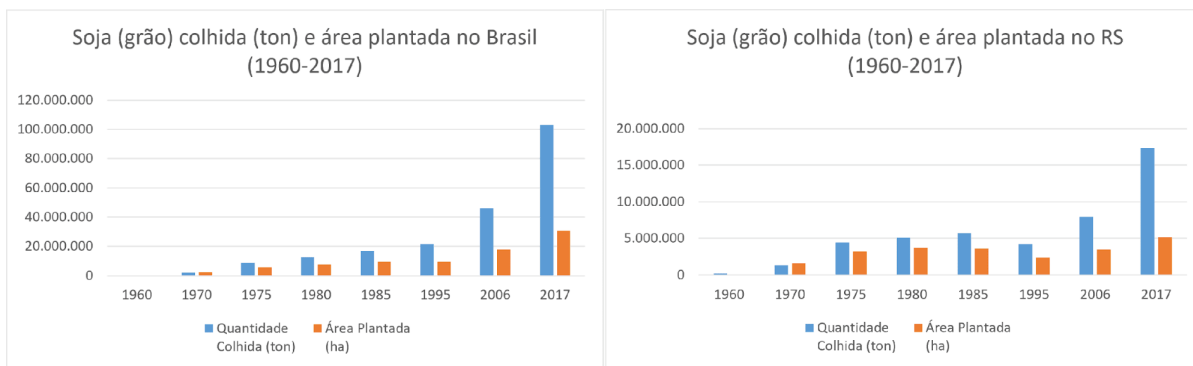


Gráfico I

Produção de soja (grão) e área planta no Brasil e RS (1960 – 2017)

Fonte: SIDRA – IBGE (1960; 1970a; 1975; 1980a; 1985; 1995; 2006; 2017)

Observa-se o aumento da produção total de grãos, devido a elevação das médias de produtividade, assim como do aumento da área plantada, onde no RS há uma diferença entre os levantamentos de 2006 para 2017 na casa de 1.695.130 ha. Diante desses dados, e da Figura II, podemos aferir a conversão de áreas de outras atividades para a cultura da soja, entre elas as atividades da pecuária.

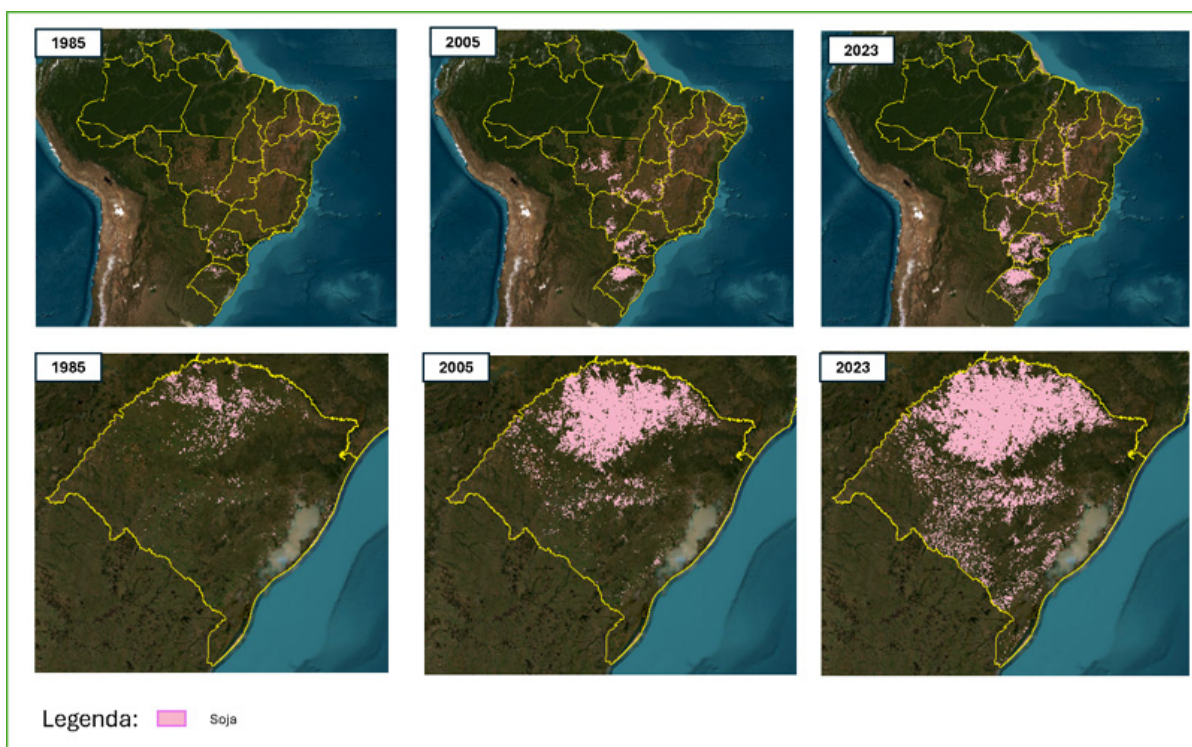


Figura II

Demonstração do aumento de área ocupada pela cultura da soja no Brasil e no Rio Grande do Sul (1985-2023)

Fonte: Mapbiomas (2024), adaptado pelo autor.

De modo geral, observa-se que a cultura da soja parte da região sul do Brasil, para a região sudeste e centro-oeste, sendo os estados mais ao norte do país as atuais fronteiras agrícolas que a cultura tem atingido nas últimas duas décadas.

Nuances da trajetória de Tupanciretã, e da produção pecuária no século XX

O território em que se localiza o município de Tupanciretã era ocupado por povos indígenas, principalmente pelos Charruas e Minuanos, segundo diários do Padre Sepp, e mais tarde fez parte das reduções jesuíticas, com proximidade a redução de São João Batista (Peres, 2016). A origem do nome de Tupanciretã é deste momento histórico (com proximidade ao século XVIII), que se refere a uma lenda, construída a partir de fatos e de misticismo no período das reduções jesuíticas, e narrada por Manoelito de Ornellas[6].

O processo histórico ligado ao município de Tupanciretã desenvolve-se pelas reduções jesuíticas (espanhóis), pela ocupação da coroa portuguesa (Brasil colônia), ligado aos tratados firmados, as estratégias de ocupação do território, e os conflitos recorrentes, já mencionados em outras seções. Para Moreira e Medeiros (2017, p 125) “o município de Tupanciretã tem sua gênese ligada nessa herança colonial, alicerçada no latifúndio proveniente das doações de sesmarias possibilitando às famílias sobreviverem das atividades pastoris”.

O processo de fundação do município de Tupanciretã ocorre no contexto marcado pela dinâmica da região do pampa gaúcho, tendo como marcos, segundo Oliveira (2011),

A 20 de setembro de 1894, após a inauguração da Estrada de Ferro Santa Maria-Cruz Alta, os revolucionários [Revolução Federalista que opôs frações das classes dirigentes no RS] localizaram o lugar onde está situada Tupanciretã, numa estação intermediária. Esta iniciativa despertou o interesse de muitos, que apostaram na terra moça a possibilidade de futuro promissor na lavoura e na pecuária. Começaram a chegar os primeiros habitantes, a margem que dividia Tupanciretã pelo centro, de um lado Cruz Alta do outro Júlio de Castilhos, começaram a pontilhar os primeiros ranchos, casas, o comércio e a evolução (Oliveira, 2011, pp. 20-21).

Além dessa breve descrição sobre a formação do povoado que originou a área urbana da cidade, ainda, ocorreu outros marcos importantes, como o surgimento do primeiro órgão de imprensa em 1903 (“O Tupanceretan”), nesta época o povoado atingia 800 pessoas; em 1907 instala-se uma charqueada no município, para processar a carne bovina produzida nos campos; em 1913 data o primeiro colégio; em 1919 a primeira agência bancária; em 1927

criou-se a paróquia de Mãe de Deus em Tupanciretã; em 1928, a população atingia 3953 habitantes, e as receitas geradas iam para os municípios de Cruz Alta e Júlio de Castilhos, que priorizavam investimentos em suas sedes urbanas. Esses são marcos para a formação e desenvolvimento do povoado que motivam o início da campanha de emancipação (Tupanciretã, 2024).

Em 21 de dezembro de 1928, o Presidente do Estado (RS) o Dr. Getúlio Dornelles Vargas, assinou o decreto que criou o município de Tupanciretã, constituído com o 2º, 3º e 7º distritos de Júlio de Castilhos, e o 2º distrito de Cruz Alta e parte do 8º distrito de Santo Ângelo, tendo uma população na época de 8000 habitantes (Tupanciretã, 2024).

Os próximos marcos legais, em síntese, que impactam na área municipal, são: a) O decreto intendente nº1, de 03 de janeiro de 1929, que implementa a divisão territorial em 5 distritos - Tupanciretã, Vinte e Um de Abril, São Bernardo, Jóia e Toropi; b) A Lei Estadual nº 5.031, de 17 de setembro de 1965, que anexou parte do distrito de Toropi ao município de São Pedro do Sul; c) Lei Estadual nº 7.656, de 12 de maio de 1982, que criou o município de Jóia, que desmembrou o Distrito Vinte e Um de Abril; d) Lei Estadual nº 10.653, de 28 de dezembro de 1995, que criou o Município de Jarí, e alterou novamente os limites municipais; e) Após essa última emancipação (de Jarí), Tupanciretã é composta por dois distritos, 1º Distrito Tupanciretã e o 2º Distrito Espinilho Grande (IBGE, 2025c).

Segundo os censos demográficos (IBGE, 1940; 2022), na década de 1940 havia uma população de 21.208 habitantes, e uma área territorial de 4.100 km², que foi alterada com os marcos e delimitações relatadas acima, para atualmente uma área territorial de 2.253 km², e a população variou para 20.005 habitantes em 2022.

A partir das alterações que ocorreram, a área territorial do município foi diminuída aproximadamente pela metade, em referência ao tamanho da época da sua emancipação. A população sofreu uma pequena variação, que no contexto geral (entre 1940 e 2022), ocorre uma “manutenção” da população com valores próximos à 20 mil habitantes, mesmo que nos anos de 1980 tenha passado a casa de 25 mil habitantes, porém logo diminuiu nos levantamentos posteriores (Gráfico II). Essa “manutenção” populacional ocorre mesmo com os desmembramentos de seus distritos, fato que podemos inferir ao contexto de crescimento absoluto da população no estado do RS, que variou de aproximadamente 3 milhões em 1940, para mais de 10 milhões em 2022 (IBGE, 1940; 2022).

Ainda em termos demográficos, ocorreu a variações na distribuição da população urbana e rural, com a diminuição constante da população rural (1970 a 2022), apresentando comportamento inverso

ao da população urbana, que aumentou a cada levantamento até o censo de 2010, apresentando um leve recuo apenas no censo de 2022 (Gráfico II).

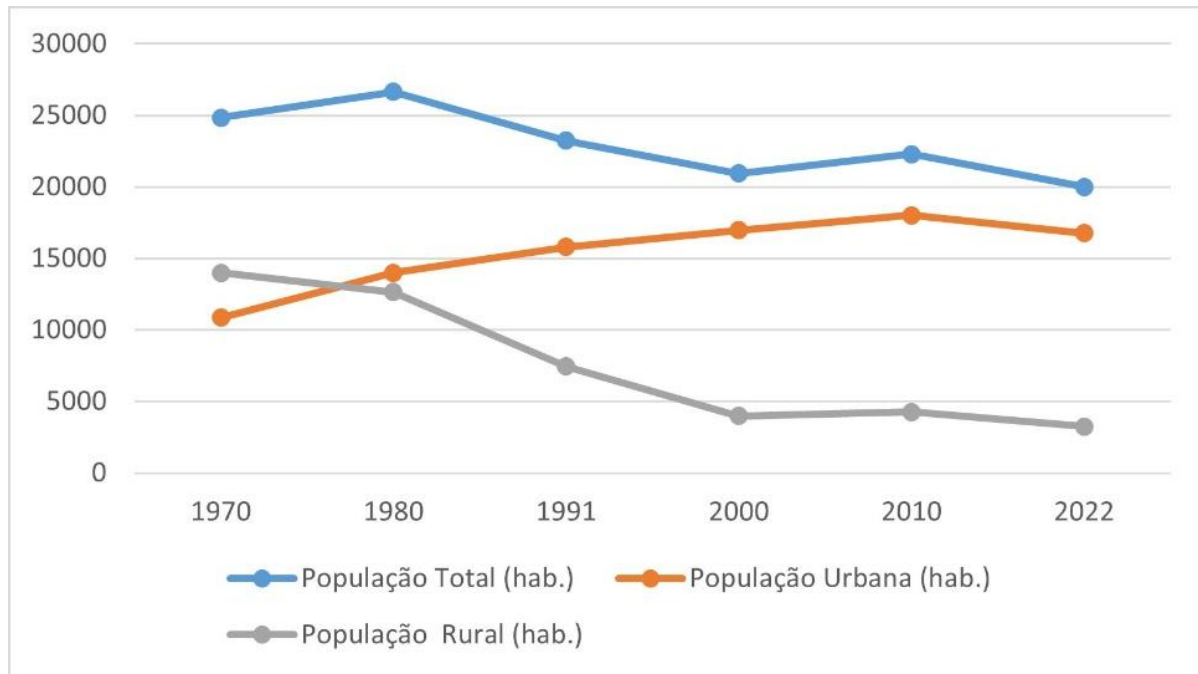


Gráfico II

Variação da população de Tupanciretã (1970-2022)

Fonte: IBGE (1970b;1980b;1991;2000;2010;2022)

Esse comportamento de migração populacional para as áreas urbanas é uma tendência na sociedade brasileira, mesmo anterior ao período analisado no presente. Palmeira (1989) discutiu em seu trabalho o processo de migração do rural para urbano, e considera que esse movimento populacional ocorre pelo menos desde 1930, ligado a diversos fatores como a industrialização e urbanização da sociedade, que continua nas décadas seguintes, e no período da modernização da agricultura (1960 a 1990) se intensifica, ocorrendo um aumento na migração de trabalhadores do campo para as cidades, ou seja, ocorre uma diminuição do número de pessoas ocupadas no rural, processo esse que ainda ocorre. Segundo DelGrossi e Balsadi (2020) ocorreu a diminuição da população ocupada na agricultura brasileira de aproximadamente 1,4 milhões de pessoas entre 2006 e 2017. Neste sentido, também é algo que ocorre em Tupanciretã no período de 1970 a 2022, data dos levantamentos aqui trabalhos.

Por outro lado, as atividades econômicas do município nos primeiros tempos estiveram associadas à produção de bovinos, de corte, e seus derivados, principalmente com a produção oriunda dos campos/estâncias. Em 1907, com a instalação da “Charqueada”, essa sendo importante para gerar maior dinamismo socioeconômico, e

aumento na população local, além de dar destino para a produção do gado das estâncias da região (Peres, 2016).

Quanto aos trabalhadores nas charqueadas, buscamos algumas referências, e essas ficam concentradas nas grandes charqueadas do RS, em especial na região de pelotas. O trabalho na indústria da carne é conhecido por ter vários problemas nas condições laborais, essa percepção também vem da época das charqueadas, instaladas no sul do Brasil (final do século XVIII), que eram conhecidas pelas difíceis condições de labuta para os trabalhadores escravizados (e após abolição), quanto pela sua importância econômica (Speranza, 2023; Zarth, 2002).

Lopes (2019) ao estudar os trabalhadores negros no pós-abolição em Pelotas, cita a partir do estudo de Loner (1999), que com a Abolição e a República, muitos trabalhadores permanecem na região, desenvolvendo as mesmas atividades nas charqueadas, além de outros empregos em fabricas, construção civil e no porto.

Quanto ao sistema de trabalho, nas estâncias e charqueadas do RS, Piccin (2021) destaca a dominação personalizada[7] dos Charqueadores sobre as famílias que trabalhavam em suas propriedades, ou seja, a remuneração se dava a partir da troca do trabalho, pelos meios de reprodução da vida dessas famílias, sendo comum os trabalhadores e suas familiar receberem casa, horta e restos de carne em troca dos serviços realizados, além do sistema de armazém (remuneração em produtos para o consumo).



Figura III

Charqueada em Tupanciretã, em funcionamento de 1907 até aproximadamente final da década de 1930.

Fonte: Lagartus Memórias (2010a) e Peres (2016)

Segundo Speranza (2023), no final do século XIX e início do século XX, ocorre uma transformação na indústria de carne (do charque) nas repúblicas do Prata, com o advento da indústria da carne frigorificada, sendo mais eficiente em relação a indústria do charque. Segundo a mesma autora, os frigoríficos tinham outro processo de trabalho, sendo (eles) oriundo dos EUA, com a utilização da divisão por tarefas, e embasado na administração científica, tendo como meta o aumento crescente da produtividade.

No RS a resultante da hegemonia dos frigoríficos, não ocorreu de maneira simples, diversos foram os conflitos de interesses entre criadores, charqueadores e os frigoríficos entre o final da década de 1920 e a década de 1940.

Marcos importantes levam ao caminho dos frigoríficos, por exemplo, em 1931 é fundado no estado a Cooperativa Riograndense de Carnes pela ação da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL), pretendendo organizar os produtores em cooperativas regionais e estudar a instalação de frigoríficos regionais. Essa cooperativa foi transformada em Instituto de Carnes em 1934, como uma agência em estreitos vínculos com o Estado. Instituto que orientou a constituição de cooperativas regionais em municípios de economia pastoril, passando a comprar charqueadas falidas e realizar abates de rebanhos dos sócios, o que proporcionou maior remuneração aos criadores, pois a margem retida pelos charqueadores

agora era repassada aos criadores. Importante destacar que mesmo que inicialmente ainda se manteve a produção de charque, o caminho era para produção de carne frigorificada (Piccin, 2021).

O golpe de misericórdia nas charqueadas veio em 26 de agosto de 1936, com a publicação pelo Governo Federal (do Brasil) de uma legislação de adequação higiênica nas instalações das charqueadas, que estabelecia um período de 2 anos para sua readequação. Essa legislação praticamente obrigou ao instituto de carnes a apresentar projetos de implantação de frigoríficos sob o controle das cooperativas regionais. Em 1937 é divulgado pelo Instituto de Carnes a construção de frigoríficos em cidades como Tupanciretã, Bagé, Alegrete, Lajeado, Pelotas, Rio Grande e continuava sendo estudado projetos para outros municípios (Piccin, 2021).

O Instituto de Carnes irá “influenciar” uma rede de cooperativas regionais e frigoríficos no RS (geridos pelos próprios estancieiros e criadores), tendo papel importante na oferta, regulação, e no preço nas próximas décadas (Piccin, 2021).

O charque foi um importante ativo econômico no início do século XX para o município de Tupanciretã, porém dentro da conjuntura da produção de carne e do estado do RS, no final da década de 1930 foi anunciado a formação da Cooperativa Rural Serrana[8], que administrou o frigorífico instalado no município posteriormente (construído a partir de 1942). O frigorífico teve a função de dar vazão à produção de gado e carne local e da região, sendo importante para o município e para as elites da região que contavam com grandes estâncias e fazendas ligadas à produção da pecuária de corte em seus campos (Peres, 2016).

A produção pecuária ligada ao gado de corte é dominante no RS até os anos 1970, assim como em Tupanciretã, essa ligada as estâncias e aos campos do bioma Pampa, com o abate dos animais e processamento da carne nas charqueadas e depois nos frigoríficos. A charqueada prevalece no processamento da produção pecuária na primeira metade do século XX, a partir da década de 1940/50 com a construção dos frigoríficos, esses passam a ser dominantes. Neste sentido, o período de 1910 a 1970 é hegemonizado pela dinâmica da produção pecuária, do abate e processamento da carne, em forma de charque, ou depois na forma de carne frigorificada.

A dinâmica financeira gerada pela Cooperativa Rural Serrana era significativa, possuía agência local e em Porto Alegre. Na esteira da produção de carne, a dinâmica regional contava com infraestruturas de prédios, via férrea, e até mesmo aérea (aviões de carga da Varig) para o centro do Brasil (como o Rio de Janeiro) (Lagartus Memórias, 2010b). Porém, o frigorífico em Tupanciretã entra em crise a partir do final dos anos de 1970, encerrando suas atividades na década de

1980. Ainda, foram feitas diversas tentativas de reabertura nas décadas seguintes, porém sem sucesso (Lagartus Memórias, 2016).

O fechamento da Cooperativa Rural Serrana e do frigorífico em Tupanciretã, mesmo com as tentativas de reaberturas, é um fator relevante na perda de importância econômica da pecuária no município, pois esse fato é um indício de algo mais complexo que ocorreu junto aos produtores de gado, e ao conjunto de cooperativas regionais e frigoríficos ligados ao Instituto de Carnes.

Quanto a produção da pecuária, e a crise dos frigoríficos (a rede de cooperativas regionais e o Instituto de carnes), diversos fatores podem influenciar. Piccin (2021) ao estudar os estancieiros, e sua dinâmica e lógica de produção, percebe que o declínio das cooperativas e frigoríficos por eles administrados, estão ligados a lógica específica de gestão dos estancieiros (donos das propriedades, e sócios/gestores das cooperativas e dos frigoríficos), além de outros fatores. Assim, o autor resume sua constatação,

O fim do sistema coordenado pelo Instituto de Carnes significou a impossibilidade de ofertar um produto que passava a ser incorporado cada vez mais na alimentação das classes e grupos sociais populares. Essa incapacidade estava estreitamente relacionada com os elementos de cálculo dos estancieiros no que diz respeito à dinâmica de seus padrões de vida - elementos ainda amplamente presentes e que gera um comportamento econômico totalmente inverso, por exemplo de um capitalista industrial. Tal dinâmica é traduzida na atividade criatória pelas relações entre abates e preços pagos ao produtor. Quando o preço sobe, o estancieiro abate menos, quando o preço desce, o estancieiro abate mais. Desse modo, gera-se uma força interna ao sistema estancieiro que age no sentido inverso a intensificação dos processos de produção, ao aumento absoluto do número dos efetivos e conseqüente estagnação e mesmo diminuição da oferta de bovinos no mercado (Piccin, 2021. pp. 275-276).

Portanto, o fechamento de vários frigoríficos ligados as cooperativas e ao Instituto de Carnes do RS, pode ser aferido a um conjunto de fatores, como a racionalidade dos estancieiros destacada por Piccin (2021), mas também, é importante destacar fatores como a diminuição/flutuação nos preços da carne, ocorrida na segunda metade do século XX, a falta de readequação ao novo cenário produtivo, com a necessidade de uma maior intensificação produtiva, e o avanço das culturas agrícolas, que passam disputar áreas antes destinadas para a pecuária.

Ainda, esse descenso da atividade pecuária, juntamente com o fechamento da Cooperativa Rural Serrana e do frigorífico em Tupanciretã (localizado na área urbana do município) ocorreu no momento de inversão dos números relativos da população rural e urbana, no entanto, não há evidências no presente trabalho de relações diretas entre os processos, pois a inversão populacional (rural,

urbano) é algo que ocorre na sociedade brasileira como um todo, deste modo, no caso do município ocorre a necessidade de maiores estudos para uma melhor compreensão das relações entre esses processos.

De modo geral, o cenário muda com o passar dos anos, com a expansão das culturas agrícolas, que irão gradativamente aumentando a área cultivada, e o volume produzido. Com os incentivos à modernização agrícola e o direcionamento para a “revolução verde”, foram construídas um conjunto de situações que incentivaram proprietários rurais a investir na produção agrícola, com a abertura de áreas e a conversão dessas para lavouras, como será explorado a seguir.

O novo sistema hegemônico de produção agropecuária

No Brasil, a produção agrícola foi impulsionada na segunda metade do século XX, principalmente pelo conjunto de fatores e ações que ficou conhecido como “revolução verde”. O principal objetivo da revolução verde, foi modernizar o setor agrícola, em especial aliar o desenvolvimento da agricultura com o da indústria, assim proporcionando o avanço do capital sobre o campo. Como resultado, tivemos a cristalização das relações capitalistas no campo, por meio de relações técnicas e sociais de produção, buscando atender as necessidades do mercado interno e principalmente do mercado externo (Ribeiro, Mendonça & Hepanhol, 2002; Delgado, 2001; Brum, 1988).

Neste momento a expansão agrícola foi favorecida pela conjuntura dos mercados nacionais e internacionais, que demandavam produtos agrícolas, assim como, pelos incentivos públicos para expandir a produção e a produtividade das lavouras, com políticas de crédito agrícola, assistência técnica e pesquisa, que tinham o objetivo de produzir inovações, e o desenvolvimento do setor agropecuário (Lazzarotto & Hiroshi, 2009; Ribeiro, Mendonça & Hepanhol, 2002; Delgado, 2001; Brum, 1988).

O desenvolvimento das lavouras no RS ocorreu inicialmente pela cultura do trigo, contando com incentivos público (crédito) para seu plantio já na década de 1940, assim como, com a criação de infraestruturas de armazenamento, transporte e comercialização, para a triticultura mecanizada nos municípios de Passo Fundo e Carazinho (1946). Nas décadas seguintes as lavouras mecanizadas se espalharam por todo o planalto gaúcho, e outros estados (Brum, 1988).

Os primeiros cultivos no planalto não foram feitos pelos agricultores tradicionais, mas por pessoas da cidade que tinham algum vínculo com o rural (comerciantes, profissionais liberais e pequenos industriais) que possuíam uma visão mais ampla e estavam

acostumados a trabalhar com os bancos. Primeiro arrendaram terras e posteriormente compraram, dando origem aos chamados “Granjeiros”. Os agricultores tradicionais somente na década de 1960 ingressaram no processo de modernização, mais forçados pelas circunstâncias (terras esgotadas, e descapitalizados), e por haver incentivos e garantias oficiais para a produção de trigo (Brum, 1988).

Na esteira do trigo, que é uma cultura de inverno, ocorreu a “complementaridade” com a cultura da soja que estava em expansão (essa cultivada no verão), que utilizava boa parte do mesmo pacote tecnológico. A soja ficou como uma cultura secundária até a década de 1970, onde assumiu o protagonismo nas atividades das lavouras, em especial pelas frustrações nas safras de trigo (Brum, 1988).

Esses são elementos que iram estar presentes no cenário de produção agropecuária do estado do RS. Neste sentido, a lavoura ganhou espaço nos diferentes locais e sistemas de produção com velocidades diferentes ao passar das décadas.

Em Tupanciretã, as primeiras lavouras empresariais foram na década de 1940, com a produção de trigo. A cultura da soja chegou ao município nas décadas de 1950/1960, com fins experimentais. No final dos anos 1960, alguns pecuaristas buscaram a produção de lavouras, pois detinham a terra que foi colocada como garantia nos financiamentos, esses produtores foram os pioneiros a ingressar na produção agrícola no município (Moreira 2013).

Neste sentido, esses se endividam, e perderam parte de suas terras em hipotecas, pois estavam se arriscando em uma nova atividade agropecuária, logo, esses abandonam as lavouras. As áreas hipotecadas pelos bancos eram compradas por outros pecuaristas tradicionais do município, assim mantendo a propriedade da terra concentrada (Moreira 2013). Nos anos 1970, ocorre um desestímulo no município à produção agrícola, principalmente pela frustração dos produtores, diferente do cenário nacional e internacional, que investem e demandam a produção de commodities (Moreira 2013).

Os governos continuaram incentivando a produção de grãos (e de soja), com facilidades para o acesso ao crédito (nos anos seguintes), além dos incentivos “institucionais” pelas empresas de assistência técnica, setor privado, cooperativas e entre outras.

Neste contexto, a partir do final dos anos 1970 ocorre algumas iniciativas de “colonos”, principalmente descendentes de imigrantes italianos vindos da região colonial do centro do estado do RS, que tinham poucas áreas de terra, para iniciar plantios no município, e assim, com o passar das décadas se configurou o arrendamento de terras no município (Moreira 2013). O mesmo autor, conclui a partir de estudo junto aos produtores do município, que nos anos 1970/1980 (e com menor intensidade, até mesmo os dias atuais), muitos proprietários de terras tinham receio de arrendá-las a terceiros,

para a produção agrícola, devido ao medo de não receber o arrendamento, e isso limitou a entrada da lavoura no município por algumas décadas. Assim como, também havia uma dificuldade de comprar terra no município, chegando a ser pedido mais de 1000 sacos de soja por hectare, hoje mais de 120 mil reais o hectare[9].

Esse cenário, só é alterado a partir dos anos 1980, 1990 e 2000, quando ocorre uma imposição da conjuntura de mercado (incentivos de crédito, preços favoráveis a produção agrícola, somado a crise da Cooperativa Rural Serrana e do frigorífico, e possivelmente de alguns pecuaristas na conjuntura local), os proprietários da terra (dominantes na época) percebem no arrendamento uma fonte de lucro, assim, aumentando a conversão das áreas de pecuária para lavouras (Moreira, 2013).

Quadro III

Produtividade física agropecuária em Tupanciretã/RS (1960/2017).

Produtividade física agropecuária em Tupanciretã/RS (1960/2017)				
Censos agropecuários	Bovinos (cb)	Ovinos (cb)	Equinos (cb)	Soja (ton)
1960	162.643	79.759	11.489	1.097
1970	217.013	132.687	8.540	13.486
1975	208.275	131.152	7.016	58.204
1980	239.419	139.561	7.216	85.197
1985	178.637	100.898	--	94.088
1995	166.234	66.384	5.742	125.300
2006	61.052	23.052	2.261	255.959
2017	55.245	12.700	1.763	494.609

Fonte: SIDRA – IBGE (1960; 1970a; 1975; 1980a; 1985; 1995; 2006; 2017)

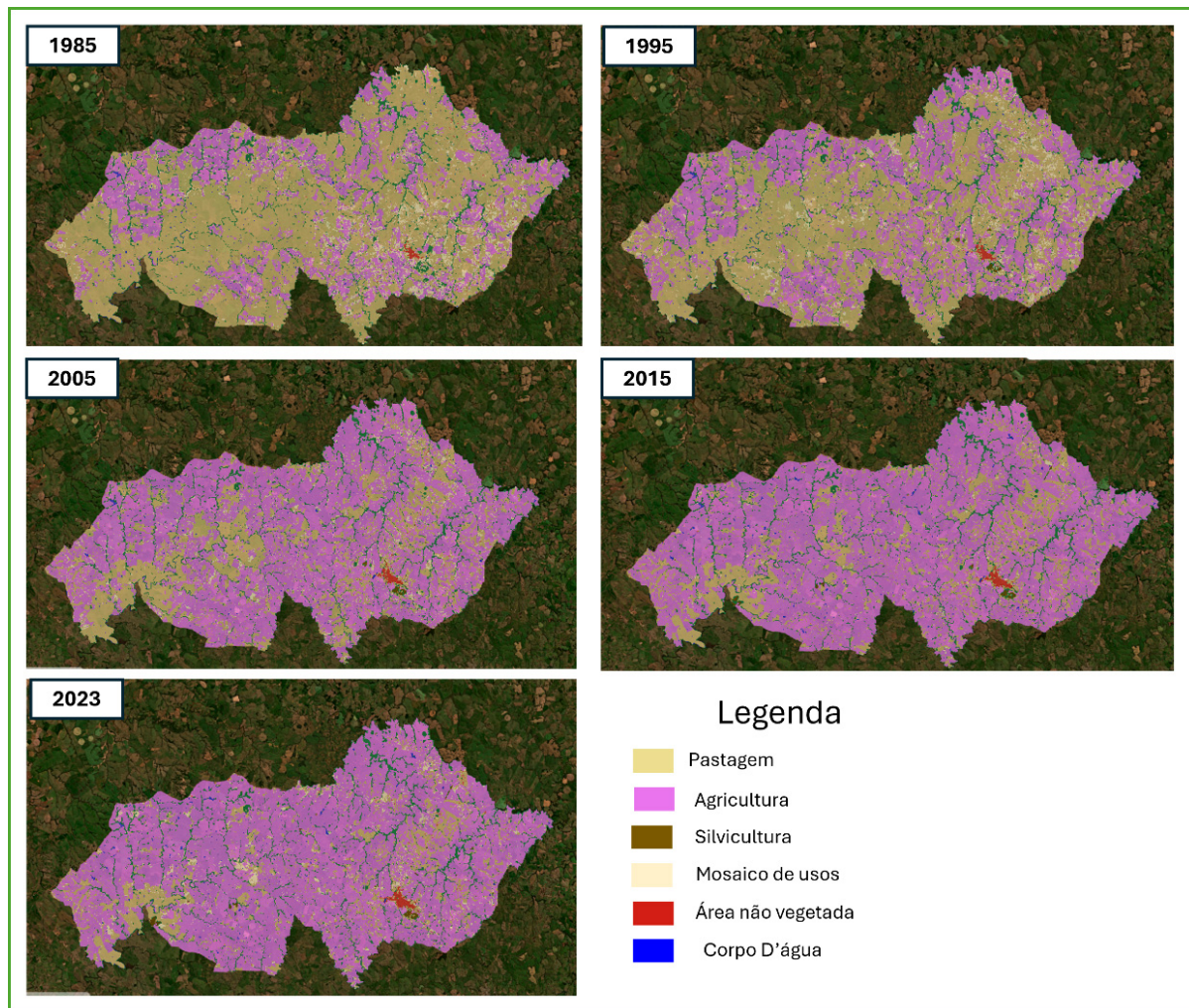


Figura IV

Mapa das atividades agropecuárias em Tupanciretã/RS (1985/2023).

Fonte: Mapbiomas, 2024, adaptado pelo autor.

A partir do Quadro III e da Figura IV acima, observamos a dinâmica do recuo no número de cabeças de animais e das áreas com pastagens ao passar das décadas, principalmente tendo os maiores rebanhos no censo agropecuário de 1970, diminuindo progressivamente com o passar do tempo. Já a cultura da soja aumenta sua produção constantemente, saindo nos anos de 1960 de uma produção de pouco mais de 1 mil ton., para mais de 85 mil ton. em 1980, um aumento importante que converge com as constatações anteriores, do início do cultivo da cultura da soja no município, entre facilidades e dificuldades.

A partir da década de 1990/2000 a cultura se estabelece, sua dinâmica ganha velocidade de crescimento em valores totais, comprovando a questão da conversão de áreas de pecuária tradicional (pastagens) para lavouras e em especial para o cultivo da soja.

Moreira (2013), em seu estudo realizado em 2012/13, constata um novo cenário, onde há uma nova geração de sojicultores, filhos dos primeiros produtores de soja no município (produtores que migraram das regiões coloniais para o município), que possuem um caráter empresarial estabelecido. O autor relata a partir da realização de entrevistas com esses “novos” sojicultores, alguns aspectos de produção como: a) as áreas de cultivo atual; b) o ideal de expansão da produção; c) a busca por adquirir novas áreas de terra; e, d) os vínculos de trabalho na atividade, contratando significativa parte da força de trabalho necessária. Nos casos relatados, o primeiro com 10 trabalhadores fixos e 15 safristas; e o segundo caso, com 20 trabalhadores fixo e mais de 50 safristas.

Quadro IV

Produção de soja em Tupanciretã (1960-2017)

Tupanciretã/RS (1960-2017)				
Anos	Quantidade Colhida (ton.)	Área Plantada (ha)	Produtividade (Kg/ha)	Produtividade (sc/ha)
1960	1.097	802	1367,83	22,80
1970	13.486	16.297	827,51	13,79
1975	58.204	49.241	1182,02	19,70
1980	85.197	88.006	968,08	16,13
1985	94.088	64.445	1459,97	24,33
1995	125.300	65.676	1907,83	31,80
2006	255.959	106.121	2411,95	40,20
2017	494.609	139.581	3543,53	59,06

Fonte: SIDRA – IBGE (1960; 1970a; 1975; 1980a; 1985; 1995; 2006; 2017)

No Quadro IV podemos visualizar aspectos da produção de soja em Tupanciretã nas últimas décadas, a partir de dados dos Censos Agropecuários, onde o quantitativo da produção (em ton.), área plantada, e a produtividade por hectare aumentam. Isso ocorre por diferentes fatores, como o aumento da área plantada ao longo do tempo (mesmo com os novos recortes territoriais devido a emancipações de distritos), assim como o aumento da produtividade média, chegando próximo a 60 sacas por hectare.

A expansão da cultura da soja é reflexo de décadas de sinergias, construídas no âmbito produtivo, e em questões sociais, como a propriedade da terra, os arrendamentos, a disponibilidade de áreas para plantar, incentivos públicos, a abertura de áreas nativas, e/ou conversão da pecuária para a produção de soja, além de avanços técnicos-científicos, como o aperfeiçoamento de técnicas e incorporação de tecnologias no setor.

No sentido das sinergias das forças para o avanço da produção de soja, podemos observar, ao estar presente no município, a articulação dos diferentes setores para a produção agrícola, pois estão presentes diversas empresas e cooperativas para o fornecimento de assistência técnica e comércio de insumos (adubos e máquinas), além do escoamento da produção (comercialização de grãos, cerealistas entre outras instituições). Ainda se destaca o incentivo da rede bancária (capital financeiro) para o crédito agrícola e os financiamentos de estruturas e das safras.

Considerações finais

O trabalho objetivou identificar e contextualizar elementos chaves no processo do desenvolvimento histórico da produção agropecuária no município de Tupanciretã, e ao finalizá-lo buscamos trazer algumas considerações, e hipóteses que serão trabalhadas em próximos trabalhos.

A ocupação do território do RS vem de antes da colonização (europeia), mas é a chegada dos europeus na América do Sul que marca sua história e passa a formar as bases para a atual sociedade. Primeiro temos as reduções jesuíticas (pela colonização hispânica), que deixou poucos elementos para os dias atuais, quem sabe a principal é a raiz missioneira, com a produção pecuária e agrícola, mesmo que essas tenham sido modificadas. A partir da ocupação portuguesa, junta-se ao território da sua colônia (Brasil), temos no RS a formação de grandes propriedades rurais oriundas das sesmarias, e a consolidação da produção pecuária para couro e carne (charque e após a carne frigorificada), esses são traços marcados na sociedade gaúcha.

No município de Tupanciretã não é diferente, tendo heranças missionárias, e a atividade pecuária como principal atividade socioeconômica por um longo período. Ao olhar para o processo de produção agropecuária no município, em especial pela produção hegemônica e de maior volume, não desconsiderando outras produções que tenham sua importância, ocorre o domínio de algumas atividades nos diferentes momentos históricos. No período do século XIX e XX tivemos a hegemonia da produção pecuária, principalmente ligados aos campos do bioma Pampa.

Já na última metade do século XX temos o incentivo à produção agrícola, e o início das lavouras no município, transformando áreas de pastagem e/ou campos nativos do bioma pampa, primeiro com os próprios pecuárias, com algumas frustrações, e a posteriormente com a participação de colonos vindos de outros municípios, somado aos incentivos disponíveis, as lavouras se expandem a partir dos anos de 1980 e 1990, e a soja passa a ser a principal cultura agrícola em

Tupanciretã, na região central do RS, e assim por diante, nas escalas geográficas, onde o Brasil é um dos maiores produtores mundiais.

Para uma agenda de pesquisa futura sobre o setor agropecuário, cabe explorar mais robustamente as relações socioprodutivas, ligadas ao setor, bem como as consequências das transformações sociais e ambientais que se desenvolvem ao longo do tempo.

Referências bibliográficas

- Ávila, D. F., Griebeler, M. P. D., & Brum, A. L. (2015). Inovação: a modernização da agricultura no Planalto Gaúcho (Brasil). *Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais*, 16(2), 156-164.
- Brum, A. J. (1985). *Modernização da agricultura: trigo e soja*.
- Cellard, A. (2014) A análise documental. In: Poupart, J., Deslauriers, J. P., Groulx, L. H., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, Á. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. (4 ed. pp. 295-316). Petrópolis, RJ: Vozes
- Dall'Agnol, A. (2016). *A Embrapa Soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil: histórico e contribuições*.
- Deslauriers, J. P.; Kérist, M. (2014). O delineamento de pesquisa qualitativa. In: Poupart, J., Deslauriers, J. P., Groulx, L. H., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, Á. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. (4 ed. pp. 127-153). Petrópolis, RJ: Vozes
- Delgado, G. C. (2001). Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. *Estudos avançados*, 15, 157-172.
- Delgrossi, M. E.; Balsadi, O. V. (2020). Mercado de trabalho e agricultura no Brasil contemporâneo. In: Vieira Filho, J. E. R; Gasques, J. G. *Uma jornada pelos contrastes do Brasil : cem anos do Censo Agropecuário*. Brasília: IPEA, IBGE, 2020.
- Gil, A. C. (2010). Métodos e técnicas de pesquisa social. In *Métodos e técnicas de pesquisa social* (pp. xvi-200).
- I. B. G. E. (2025a). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE cidades e estados do Brasil – Brasil. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>
- I. B. G. E. (2025b). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE cidades e estados do Brasil – Rio Grande do Sul. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/panorama>
- I. B. G. E. (2025c). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE cidades e estados do Brasil – Tupanciretã. Recuperado de <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/tupancireta/panorama>
- I. B. G. E. (2017). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017 – Resultados Definitivos*. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>

- I. B. G. E. (2006). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006 Segunda apuração. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>.
- I. B. G. E. (1996). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 1995-1996. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-1995-1996>.
- I. B. G. E. (1985). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário: 1985. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=747>.
- I. B. G. E. (1980). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário: 1980. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=746>.
- I. B. G. E. (1975). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário: 1975. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7243>.
- I. B. G. E. (1970). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo Agropecuário: 1970. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/?id=745&view=detalhes>.
- I. B. G. E. (1960). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Censo Agropecuário: 1960. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=744&view=detalhes>.
- I. B. G. E. (2022). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico: 2022. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>
- I. B. G. E. (2010). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico: 2010. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://censo2010.ibge.gov.br/>
- I. B. G. E. (2000). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico: 2000. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=783>
- I. B. G. E. (1991). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico: 1991. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://>

www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/25089-censo-1991-6.html?edicao=25090

- I. B. G. E. (1980b). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico: 1980. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772>
- I. B. G. E. (1970b). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico: 1970. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=225483>
- I. B. G. E. (1950). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico: 1950. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=767>
- I. B. G. E. (1940). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico: 1940. Rio de Janeiro. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=7314>
- Lagartus Memórias (2016). Antigo frigorífico serrana de Tupanciretã está próximo a uma definição por parte do governo do RS. Recuperado de <https://luisafonsocostatupan.blogspot.com/2016/02/antigo-frigorifico-serrana-de.html>.
- Lagartus Memórias (2010a). Tupanciretã, frigorífico Serrana – parte I. Recuperado de: <https://luisafonsocostatupan.blogspot.com/2010/06/tupancireta-frigorifico-serrana-parte1.html>.
- Lagartus Memórias (2010b). Tupanciretã, frigorífico Serrana – parte II. Recuperado de: <https://luisafonsocostatupan.blogspot.com/2010/06/tupancireta-frigorifico-serrana-parte.html>.
- Lazzarotto, J. J., & Hiraçuri, M. H. (2009). Evolução e Perspectivas de Desempenho Econômico Associadas com a Produção de Soja nos Contextos Mundial e Brasileiro.
- Loner, B. A. (1999). Negros: organização e luta em Pelotas. História em Revista, 5.
- Lopes, A. E. M. (2019). Os trabalhadores negros em 3x4: fotografia, história do trabalho e pós-abolição. Pelotas-RS, 1933-1944. Revista Mundos do Trabalho. v. 11, pp. 1–24
- MapBiomas (2024). Collection 9 of the Annual Land Cover and Land Use Maps of Brazil (1985-2023). MapBiomas Data, v1. Recuperado de: <https://doi.org/10.58053/MapBiomas/XXUKA8>

- Moreira, V. S. (2013). A dialética capitalista no meio rural em Tupanciretã/RS/Basil: da ocupação ibérica ao agronegócio nos assentamentos da reforma agrária. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. RS. Brasil.
- Moreira, V. S., & Medeiros, R. M. V (2017). As relações de “poder” e suas articulações na influência da territorialização espacial do meio rural no município de Tupanciretã-RS. In: Suzuki J. C., Araújo V. B., Lara, O. G. H. (org). Política, sujeitos e práticas produtivas no campo latino-americano. (pp. 124 – 151). São Paulo. FFLCH/USP.
- Moreira, V. S., & Medeiros, R. M. V. (2014). As novas configurações do espaço agrário no Rio Grande do Sul/Brasil: da pecuária tradicional ao complexo agroindustrial da soja. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, (20).
- Oliveira, T. D. D. (2011). Inventário urbano de Tupanciretã/RS: um olhar sobre o patrimônio arquitetônico e cultural da terra da mãe de deus. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. RS. Brasil.
- Paim, Z. M. V. (2013). Urbanidade nas reduções jesuíticas: A língua uniforme, o espaço geometrizado e o tempo perfeito. *Línguas & Letras*, 13(25). Recuperado de <https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/6546>
- Palmeira, M. (1989). Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos avançados*, 3, 87-108.
- Piccin, M. B. (2021). Senhores de terra, senhores de guerra: Sociologia histórica do patronato estancieiro do Rio Grande do Sul (1920-2019). Editora CRV.
- Peres, M. F. (2016). Produção de material didático-pedagógico para a valorização do patrimônio histórico e cultural de Tupanciretã. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria. RS. Brasil.
- Prado Jr, C. (2011). Formação do Brasil contemporâneo. Editora Companhia das Letras.
- Ribeiro, D. D., Mendonça, M. R., & Hespanhol, A. N. (2002). Relações de trabalho na agricultura mecanizada: a monocultura da soja em Goiás. *Scripta Nova: revista electrónica de geografía y ciencias sociales*.
- Rio Grande do Sul (2021). Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Planejamento Governamental. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 6.

- Speranza, C. G. (2023). Pandemia, trabalho em frigoríficos e cultura de direitos. *Revista Mundos do Trabalho*, 15, 1-16.
- Tupanciretã (2024). História do Município. Recuperado de <https://www.tupancireta.rs.gov.br/portal/servicos/1001/historia-do-municipio/>.
- Vallejos, M.; Gallego, F.; Barbieri, A.; Bruzzone, L.; Ramos, S.; Santiago, B., (2021). MAPBIOMAS PAMPA SUDAMERICANO: una iniciativa trinacional para conocer los cambios en el uso y cobertura del suelo. *Revista INIA*, 65, 85-89.
- Weber, M. (2004). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Universidade de Brasília.
- Zarth, P. A. (2002). *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Editora Unijuí.

Notas

1. Reduções jesuíticas – termo utilizado para nomear os assentamentos indígenas organizados pelos padres jesuítas. O termo “redução”, segundo historiadores, está associado à ideia de “reconduzir” o indígena em direção ao cristianismo e a salvação (Paim, 2013).
2. Sesmarias - “A sesmaria já aprovada pela carta régia de 27 de dezembro de 1695, equivalia a 4 léguas quadradas, correspondendo a uma área de superfície retangular de 1 légua de testada por 4 léguas de fundo” (Moreira & Medeiros, 2014, p. 3).
3. O ano de 2010 é o índice mais recente disponível pelo “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil”. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2022.
4. A ligação entre a formação de grandes propriedades no RS com os militares encarregados de defender esta conturbada região é explorada por alguns autores, como Paulo Afonso Zarth em “Do arcaico ao moderno - o RS agrário do século XIX” (Zarth, 2002)
5. A expansão se deu pelos avanços nas tecnologias de produção da cultura, pelo comércio internacional, pelo desenvolvimento da indústria, e a substituição de alimentos por produtos oriundos da soja como o óleo de cozinha (Dall’Agnol, 2016; Lazzarotto & Hiroshi, 2009; Brum, 1988).
6. Para mais informações sobre história e informações do processo de ocupação do RS, assim como a lenda de Tupanciretã – recomenda-se consultar o livro “Tupan-Cy-Retan” de

Manoelito de Ornellas (1934). Também pode ser consultado no texto “Lenda origem do nome de Tupanciretã” no endereço link: <https://moises-menezes.blogspot.com/2013/02/tupancireta-terra-da-mae-de-deus.html>

7. Dominação personalizada ou tradicional, conceito elaborado a partir de Weber e seu trabalho sobre as formas de dominação, em sua obra “Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva” (Weber, 1999).
8. Cooperativa Rural Serrana fundada em 18/12/1938 com objetivo de abater gado no Frigorífico, resfriar, congelar e comercializar carne. No seu auge chegando a abater 2.000 cabeças de gado por dia e empregar 1000, funcionários, com uma superestrutura, de exportação de carne, charque, couro e derivados de carne (Peres, 2016).
9. Valores atualizados para o valor da saca da soja em 2024.

Contribución de autoría (CRediT) Hector dos Santos Facco: conceptualización, curación de datos, análisis formal, adquisición de fondos, investigación, metodología, administración del proyecto, visualización, redacción del borrador original, redacción: revisión y edición.

Everton Lazzaretti Piccolotto: conceptualización, metodología, administración del proyecto, supervisión, visualización, redacción del borrador original, redacción: revisión y edición.

Nota: aprobado por Susana Alicia Grosso (Secretaria Editorial)

AmeliCA

Disponível em:

<https://portal.amelica.org/ameli/ameli/journal/583/5835511004/5835511004.pdf>

Como citar este artigo

Número completo

Mais informações do artigo

Site da revista em portal.amelica.org

AmeliCA
Ciência Aberta para o Bem Comum

Hector dos Santos Facco, Everton Lazzaretti Picolotto
Da pecuária extensiva à produção de soja no Pampa brasileiro: Considerações sobre o processo histórico da produção agropecuária em Tupanciretã (RS)
From extensive livestock farming to soybean production in the Brazilian Pampa: Considerations on the historical process of agricultural production in Tupanciretã (RS)

Pampa. Revista Interuniversitaria de Estudios Territoriales
núm. 32, e0101, 2025
Universidad Nacional del Litoral, Argentina
revistapampa@unl.edu.ar

ISSN: 1669-3299
ISSN-E: 2314-0208



CC BY-NC 4.0 LEGAL CODE

Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.